

**PROJETO DE LEI Nº , 19 de abril de 2021**

**Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2022, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA**, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Em cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165 da Constituição Federal, e inciso II, §2º, art. 122, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, e nas normas contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2022, compreendendo:

- I** - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II** - da organização e estrutura dos orçamentos;
- III**- as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- IV**- as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos do município e suas alterações;
- V**- as disposições relativas as despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI** - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII**- das disposições gerais e finais.

**Art. 2º** Em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, integram ainda esta Lei:

**I** – O Anexo de Riscos Fiscais, elaborado pela Secretaria Municipal da Fazenda, através das Secretarias Executivas das Finanças e da Receita, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

**II** – e o Anexo de Metas Fiscais, elaborado pela Secretaria Municipal da Fazenda, através das Secretarias Executivas das Finanças e da Receita, onde serão estabelecidas metas anuais, em

valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para os exercícios de 2022, 2023 e 2024.

Este Anexo conterá, ainda:

- a)** Avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2020;
  - b)** evolução do patrimônio líquido da Prefeitura e do IPM, nos últimos 03 ( três) exercícios;
  - c)** demonstrativo da estimativa de renúncia fiscal;
  - d)** quadros demonstrativos das metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública consolidada e consolidada líquida;
  - e)** avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, gerido pelo Instituto de Previdência Municipal (IPM).
- III** – A Secretaria Municipal da Fazenda, através das Secretarias Executivas das Finanças e da Receita, poderá, se for o caso, atualizar os Anexos de Riscos e Metas Fiscais, pelo fato de terem sido elaborados em um período de incertezas por conta da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e seus reflexos nas Contas Municipais, quando do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal

## **CAPÍTULO I**

### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 3º** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2022 serão fixadas considerando os seguintes princípios orientadores:

- I** - valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
- II** - austeridade na utilização dos recursos públicos;
- III** - desenvolvimento social, econômico e administrativo do Município, com vistas ao fortalecimento de seu papel como referência no contexto da região em que está situado;
- IV** – utilizar os instrumentos de política urbana com o objetivo de induzir o desenvolvimento da cidade, na forma preconizada no Plano Diretor e na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece Diretrizes Gerais da Política Urbana – Estatuto da Cidade;

**V** - disciplina criteriosa no uso e parcelamento do solo urbano, visando a sua ocupação equilibrada e harmônica e a defesa do meio - ambiente e a obtenção de melhor qualidade de vida para os habitantes do Município de João Pessoa;

**VI** - melhoria das condições de vida da população, nos seus aspectos de mobilidade urbana, alimentação, saúde, habitação, educação e oportunidade de trabalhos produtivos;

**VII** - assistência e proteção à maternidade, à infância, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos que necessitem de auxílios do poder público;

**VIII** - combate sistemático ao analfabetismo;

**IX** - ampliação das oportunidades educacionais e da melhoria do ensino;

**X** - indução ao desenvolvimento sustentável da produção local através do estímulo ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e aos programas de geração de ocupação e renda;

**XI** - transparência na ação governamental, com ênfase ao combate à corrupção e à impunidade;

**XII** - implementação do Orçamento Participativo, com a participação direta do cidadão em todas as suas fases, assegurando a execução do mínimo de 50% (cinquenta por cento) das demandas aprovadas pela população;

**XIII** - oferecer condições adequadas para a prática de atividades esportivas inclusivas, comunitárias e competitivas, de forma disseminada na cidade e diversificada nas modalidades, priorizando o fomento ao esporte amador, na perspectiva de incentivar e apoiar a organização das práticas esportivas autogestionárias propostas e organizadas pelas comunidades, bem como a organização de equipes amadoras;

**XIV** - reconhecimento da juventude como ator social estratégico pela sua integração social, participação, emancipação dos jovens e suas organizações, de modo que tenham a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas e seu bem-estar.

**XV** - planejamento urbano voltado para a construção participativa de um projeto para a cidade, em bases sustentáveis, considerando o conjunto urbano, com qualidade de vida para os cidadãos e resgate da identidade municipal;

**XVI** - revisão da legislação urbanística de João Pessoa com a definição de novos parâmetros construtivos, além da identificação e destinação de áreas para convivência, lazer e proteção ambiental;

**XVII** – prioridade ao transporte público coletivo; retomada do cuidado com as calçadas; investimento e ciclovias e ciclofaixas; e implantação de sistema de gestão do trânsito, com instalação da Central de Comando e Controle;

**XVIII**– iluminação das áreas mais vulneráveis à violência com substituição por lâmpadas mais econômicas e eficientes;

**XIX** – eliminar pontos críticos de alagamento, além de atuação emergencial, preventiva e permanente em pontos de riscos e na limpeza de galerias da cidade de João Pessoa;

**XX** – criação e manutenção de equipamentos para prática de esportes nos diversos espaços públicos e a requalificação dos campos de futebol, além da ampliação das ciclovias e ciclofaixas;

**XXI** – ampliação do sistema de garantia de direitos e proteção social para pessoas em condição de vulnerabilidade ou risco, com estabelecimento de políticas de inclusão socioeconômica e combate ao preconceito e à discriminação;

**XXII** – acessibilidade universal para pessoas com deficiência; prioridade para adequação dos espaços e equipamentos públicos, formação em Libras para servidores, além de adaptação de materiais e eventos com Braille, Libras e audiodescrição e inclusão sócioprodutiva;

**XXIII** – combate ao procedimento e discriminação: capacitação dos servidores municipais para abordagem e atendimento adequados para enfrentamento as manifestações de preconceito e discriminação;

**XXIV** – igualdade racial: consolidar programas de combate ao racismo;

**XXV** – economia e educação profissionalizante: priorizar ações para transformar o município em um indutor de ambiente favorável aos negócios, além de centro formador de mão de obra qualificada;

**XXVI** – cultura e turismo: priorizar a valorização de identidade cultural com investimento em infraestrutura e requalificação de equipamentos culturais e turísticos, além do fortalecimento da cadeia produtiva da cultura e do turismo;

**XXVII** – inovação e tecnologia: ofertar a população conexão internet e outras ações que aumentem a inclusão digital através do Pólo de Tecnologia da Cidade de João Pessoa, Extremotec, como acesso a serviços públicos integrados por um único portal, incentivando e com isso direcionar a cidade de João Pessoa para se tornar um centro de excelência em tecnologia;



**XXVIII** – ampliação da capacidade de investimento: otimizar o uso dos recursos, multiplicando a capacidade de investimento do município, melhorando o gasto público e a implantação do modelo de gestão integrado e manutenção e aperfeiçoamento do orçamento participativo;

**XXIX** – aprimoramento dos investimentos na área da saúde, com ampliação da rede física, investimento nas unidades hospitalares, nas unidades de saúde da família e unidades de pronto atendimento, humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica e especializada, intensificação da integração com as políticas de segurança alimentar e esportes, promovendo o acesso da população de maior vulnerabilidade socio sanitária à atividade física supervisionada, orientação nutricional e desenvolvimento de ações estruturantes de políticas de tratamento, prevenção e reinserção social de dependentes químicos de álcool e drogas;

**XXX** – promoção do acesso à educação básica, melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem, melhoria na Educação de Jovens e Adultos, manutenção do conjunto de ações e dos programas de Escola Integral e Educação Infantil, com requalificação da rede física das unidades públicas, garantia de atividades de reforço escolar, atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores e diretores de escolas municipais e centros de referência em educação infantil, incentivo à participação da comunidade e das famílias no processo educativo e na gestão das caixas escolares, prevenção e combate ao bullying nas escolas, com a realização de seminários e palestras junto à comunidade escolar, promoção de práticas pedagógicas inclusivas que visem oferecer oportunidades e habilidades/superdotação, reconhecendo as diferenças e buscando o progresso e participação na sociedade e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do município;

**XXXI** – melhoria das condições de segurança pública no município, sobretudo em seus próprios públicos, com a integração do sistema de vigilância eletrônica nas escolas, nas unidades de saúde e nas vias públicas, bem como o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e combate à violência, a ser realizada por uma parceria sistêmica, expressa na integração permanente entre diversos órgãos públicos e sociedade civil;

**XXXII** – melhoria no acesso aos serviços públicos e à informação, elevando a qualidade do atendimento ao cidadão e aperfeiçoando o relacionamento com a população, implantação de acesso gratuito à internet nos parques e praças do município, valorização e aprimoramento do desempenho profissional dos servidores e empregados públicos municipais por meio da melhoria nas condições de trabalho, da capacitação e qualificação;

**XXXIII** – promoção da recuperação e da preservação ambiental, notadamente por meio de ações voltadas para a despoluição e não canalização dos cursos d'água e redução de inundações, planejamento ambiental para orientar intervenções a trópicas, no sentido de reconhecer e preservar elementos naturais, favorecendo o equilíbrio, a biodiversidade em ambiente urbano, preservação de áreas verdes em torno de nascentes e corpos d'água, com a conservação da

cobertura vegetal que assegure a manutenção de áreas permeáveis, promovendo a proteção e compatibilização com a atividade humana predominado o interesse social, desenvolvimento urbano ordenado e melhoria nas condições urbanísticas, ambientais e econômicas da cidade por meio da revitalização de espaços urbanos, garantia de serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos, incluindo os serviços de coleta seletiva com inserção social dos catadores de materiais recicláveis, promoção do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, garantia do ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, revitalização dos principais corredores viários, permeabilização de vias e garantia dos serviços de manutenção necessários aos espaços públicos da cidade, melhoria da qualidade ambiental, da informação, da iluminação e das infraestruturas dos parques, revitalização do complexo turístico, cultural e de serviços da cidade antiga, implantação da zona franca de turismo e serviços do centro histórico da cidade de João Pessoa, instalação do museu histórico da cidade de João Pessoa, valorização e proteção da fauna urbana e silvestre por meio da gestão intersectorial da política municipal de proteção animal;

**XXXIV** – promoção, apoio e incentivo à formação cultural e ao acesso da população, especialmente da criança, aos bens e atividades culturais de forma integrada às outras políticas sociais do município, promoção, apoio e financiamento das iniciativas de criação e produção artístico-culturais da sociedade com ênfase na cultura popular, promoção de medidas de reservação de marcos e espaços de referência simbólica e da história da cidade e recuperação e valorização do patrimônio cultural;

**XXXV** – fomento à articulação entre o município de João Pessoa e os municípios da Região Metropolitana, por meio de instrumentos diversos de parcerias, de forma a canalizar esforços e compartilhar recursos técnicos, políticos e financeiros para discussão da integração do transporte metropolitano, da promoção do saneamento ambiental, da integração dos planos municipais de resíduos sólidos e da expansão da coleta seletiva com inclusão social para todos os municípios que integram a Região Metropolitana de João Pessoa, do desenvolvimento econômico e promoção da governança metropolitana inovadora e ancorada em institucionalidades que privilegiem a integração e a associação entre as cidades, promovendo o desenvolvimento integrado da região e a melhoria das condições de vida da população metropolitana;

**XXXVI** - criação de um Núcleo de Relações Internacionais junto à Secretaria de Gestão Governamental, para fins de acompanhamento do Programa Cidades Emergentes Sustentáveis. E adesão de João Pessoa à Rede Mercocidades;

**XXXVII** – valorização dos serviços dos agentes municipais de saúde e endemias, respeitando a progressão salarial, o fortalecimento dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI e a realização dos módulos de formação continuada;

**XXXVIII** – assistência e proteção aos portadores de Transtorno do Espectro Autista, por meio de ações integradas desenvolvidas no âmbito da saúde, da educação e da assistência social;

**XXXIX** – ampliação e aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes no município, com ênfase no fortalecimento da rede de serviços e de proteção, a exemplo do combate a exploração sexual e aos abusos cometidos contra crianças e adolescentes, ao combate à exploração do trabalho infantil, buscando o permanente monitoramento das políticas públicas, o fortalecimento dos conselhos de direito e dos conselhos tutelares, e, na busca da ampliação dos recursos destinados ao cofinanciamentos das políticas, com a devida implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente – OCA;

**XL** – promover direitos e prestar consultoria jurídica gratuita a famílias pessoenses desassistidas a partir de parcerias entre a Procuradoria Geral do Município e entidades sem fins lucrativos;

**XLI** – recuperar a balneabilidade das praias pessoenses, combatendo a poluição dos rios e a ligação de esgotos clandestinos à rede de águas pluviais;

**XLII** – dentro da política de proteção e defesa animal, consolidar os serviços de cuidados veterinários, por meio de programas e ações que reforcem os serviços veterinários de média e alta complexidade, inclusive com a implantação do Centro Médico Veterinário do Município de João Pessoa, garantindo atendimento e execução de procedimentos indispensáveis para a saúde dos animais;

**XLIII** – Dotar a Secretaria do Trabalho, Produção e Renda, por meio do Banco Cidadão – Empreender – JP, das condições orçamentárias necessárias ao estabelecimento de uma política de fomento aos micro e pequenos empreendedores;

**XLIV** – Realização de ações emergenciais e continuadas de apoio à sociedade vitimada pelos efeitos da pandemia do coronavírus, dando ênfase à população sobrevivendo em situação extrema de vulnerabilidade social;

**XLV** – Contribuir para que o Pólo Tecnológico Extremo Oriental das Américas – Extremotec seja referência na articulação de uma rede pública e privada para o desenvolvimento econômico municipal, estadual e regional no setor de Tecnologia da Informação, promovendo a cultura da inovação, a competitividade industrial e tecnológica, a capacitação industrial e a promoção de sinergias em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICT) e empresas vinculadas ou não;

**Parágrafo Único** As prioridades e metas constantes do Anexo desta Lei, e que se destinam ao exercício financeiro de 2022, relativas aos programas finalísticos, poderão ser atualizadas, revistas e, em sendo o caso, substituídas quando do envio dos Projetos de Lei do Plano Plurianual – PPA para o período de 2022 a 2025 e da Lei Orçamentária Anual - LOA para 2022, em 30 de setembro de 2021, à Câmara Municipal de João Pessoa .

## **CAPÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 4º** As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual por programas, atividades, projetos ou operações especiais, os quais serão integrados por um título que contenha uma descrição sucinta dos respectivos objetivos com a indicação de suas metas físicas.

**§ 1º** Para efeito desta Lei, entende-se por:

**I** – Programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

**II** – atividade - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**III** – projeto - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo; e

**IV** - operações especiais - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Representam, basicamente, o detalhamento da Função “ Encargos Especiais ”;

**V** – unidade orçamentária – é o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

**§ 2º** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 3º** Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, a subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário às quais se vinculam.

**§ 4º** Os objetivos relativos aos projetos, atividades e operações especiais deverão retratar as finalidades da programação, os benefícios a serem alcançados e o que se pretende atingir com a execução.



**§ 5º** Natureza da Despesa: para essa identificação deve ser utilizado o conjunto de tabelas a seguir, onde cada título é associado a um número. A agregação desses números, em um total de quatro dígitos, na sequência a seguir indicada, constituirá o código referente à classificação da despesa quanto à sua natureza:

- 1º dígito – indica a categoria econômica da despesa;
- 2º dígito – indica o grupo da despesa;
- 3º e 4º dígitos – indicam a modalidade de aplicação;

**§ 6º** Para fins de se ter um melhor controle na execução orçamentária e atender às necessidades de registros contábeis, fica facultado o desdobramento suplementar dos créditos suplementares em elementos pela Secretaria de Planejamento;

**Art. 5º** O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas naturezas, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos expressa por categoria econômica, indicando-se para cada uma, o seguinte detalhamento dos grupos por Natureza de Despesa:

**I – DESPESAS CORRENTES**

- I. 1** - Pessoal e Encargos Sociais;
- I. 2** - Juros e Encargos da Dívida;
- I. 3** - Outras Despesas Correntes;

**II – DESPESAS DE CAPITAL**

- II. 1** - Investimentos;
- II. 2** - Inversões Financeiras;
- II. 3** - Amortização da Dívida;
- II. 4** - Outras Despesas de Capital.

**III – RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**Art. 6º** O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo Municipal, será constituído de:

- I** - Mensagem;
- II** - texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- III** - consolidação dos quadros orçamentários;
- IV** - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

**V** - informações complementares.

**VI** – Anexo demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o §1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

**Parágrafo Único** Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso III, do caput deste art., incluindo os complementos referenciados no art. 22, da Lei Federal N.º 4.320, de 17 de março de 1.964, e em consonância com o que estabelece o art.5º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, com os seguintes demonstrativos:

**I** - a evolução da receita e da despesa segundo as categorias econômicas;

**II** - a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo o Poder e Órgão e por Modalidade de Aplicação;

**III** - o resumo geral da receita e da despesa por categorias econômicas e origem dos recursos, quaisquer que sejam as suas destinações;

**IV** - a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por funções, sub-funções e programa;

**V** - consolidação das despesas por funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e ou operações especiais;

**VI** - a programação, no orçamento fiscal destinada a Secretaria Municipal de Educação e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, obedecerá ao que dispõem as Emendas Constitucionais nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e nº 108, de 26 de agosto de 2020, e a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

**VII** - demonstrativo da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de acordo com o que estabelece a Medida Provisória nº 339/2006 e a Portaria nº 48, de 31 de Janeiro de 2007.

**VIII** - a aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional Nº 25, de 14 de janeiro de 2000 que dispõe sobre os limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal, alterada através da Emenda Constitucional N º 58, de 23 de setembro de 2009;

**IX** - a aplicação dos recursos reservados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde conforme estabelece a Emenda Constitucional Nº 29;

**X** - a versão digital completa do Projeto de Lei Orçamentária Anual em mídia eletrônica e formato de arquivo padrão compatível com os equipamentos e programas utilizados pela Câmara Municipal;

**Art. 7º** Para efeito do disposto no art. anterior, a Câmara Municipal e os Órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo encaminharão as respectivas propostas orçamentárias à Secretaria de Planejamento para fins de ajustamento e consolidação.

**§ 1º** Visando garantir a autonomia orçamentária administrativa e financeira ao Poder Legislativo ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração de sua proposta orçamentária:

**I** - as despesas com pessoal e encargos sociais observarão ao disposto no Art. 28 desta Lei, bem como na Emenda Constitucional Nº 58, de 23 de setembro de 2009;

**II** - as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite estabelecido pela Emenda Constitucional referida no inciso anterior.

**III** - Na elaboração de sua proposta, a Câmara Municipal, obedecerá, também, aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade.

**§ 2º** As categorias de programação de que trata o “caput” deste art. serão identificadas por projetos, atividades e operações especiais, os quais serão integrados por um título que contenha uma descrição sucinta dos respectivos objetivos.

**§ 3º** - Os objetivos relativos aos projetos, atividades e operações especiais deverão retratar as finalidades da programação, os benefícios a serem alcançados e o que pretende atingir com a execução.

### **CAPÍTULO III**

## **DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 8º** Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação do Poder Legislativo, do Poder Executivo, seus fundos, as autarquias, órgãos de regime especial e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

**Art. 9º** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, conforme o disposto no inciso IV, do

parágrafo 3º, do Art. 122, da Lei Orgânica do Município, e conterá, dentre outros com recursos provenientes de:

**I** - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;

**II** - de recursos oriundos do tesouro municipal;

**III** - de transferências da União, do Estado e ou de Instituições Privadas;

**IV** - de convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integram o orçamento da seguridade social.

**Art. 10** Os recursos oriundos do Tesouro Municipal para atender às ações da área de saúde, deverão estar de acordo com o que determina a Emenda Constitucional Nº 29, de 14 de setembro de 2000.

**Art. 11** As despesas com o pagamento de INSS, FGTS e PASEP constarão da programação de cada órgão da administração direta descentralizada, em dotação orçamentária específica, não podendo ser indicadas como fonte de anulação quando da proposição de emendas propostas pelos vereadores da Câmara Municipal de João Pessoa.

## **CAPÍTULO IV** **DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

### **Seção I** **Das Diretrizes Gerais**

**Art. 12** A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2022, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas.

**§1º** O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022, bem como, o Projeto de Lei do Plano Plurianual referente ao período de 2022 a 2025, será apresentado à Câmara Municipal de João Pessoa, no dia 30 de setembro de 2021, conforme determina a Lei N º 9.999, de 25 de setembro de 2003, e devolvido para sanção até 20 (vinte) dias antes do encerramento da Sessão Legislativa.



**§2º** Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual, será assegurada a transparência e o incentivo à participação popular, mediante a realização de audiências públicas convocadas pela Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de João Pessoa, nos termos estabelecidos pelo Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 13** Os valores das receitas e das despesas contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022 será expressa segundo os preços vigentes de junho de 2021.

**Art. 14** A estimativa da Receita, para fins de elaboração da Proposta Orçamentária Anual, será elaborada pela Secretaria de Planejamento e ratificada pela Secretaria Executiva da Receita, e considerará o disposto no Art.12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 15** O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá, sob a denominação de Reserva de Contingência, até o limite de 1% (um por cento) definido com base na receita corrente líquida prevista para o exercício de 2022, dotação destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme determina o inciso III, alínea b, do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo Único** Para os efeitos deste art., entende-se como receita corrente líquida, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, transferências correntes e outras receitas correntes, inclusive os valores recebidos e pagos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais em Educação – FUNDEB.

**Art. 16** O Projeto de Lei Orçamentária Anual destinará ao Fundo Municipal de Cultura – FMC - recursos próprios ao que determina o § 3º do Art. 1º, da Lei N º 9.560 de 03 de dezembro de 2001, destinados a concessão de incentivo em favor de pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no município de João Pessoa, para a realização de projetos culturais.

**Parágrafo Único** Para os efeitos deste artigo, entende-se como Recursos Próprios a Receita dos Impostos de competência tributária municipal.

**Art. 17** O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em categoria de programação específica incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual para esta finalidade.

**Parágrafo Único** Os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual, com a destinação prevista no “caput” deste artigo, só poderão ser indicados como fonte de recursos para a realocação de Dotações Orçamentárias, por Transposição, Remanejamento ou Transferência de Recursos de uma categoria de programação para outra ou de um Órgão para outro, com autorização legislativa e a partir do último quadrimestre do exercício em execução e desde que seja comprovada sua disponibilidade orçamentária e financeira, em decorrência de acordos judiciais, em conformidade com o que preceitua a Emenda Constitucional Nº 30, de 13 de setembro de 2000 .

**Art. 18** É vedada a inclusão, no Projeto de Lei Orçamentária Anual e em suas alterações, de recursos de qualquer fonte para pagamento a servidor da Administração Direta ou Direta Descentralizada, por serviços de consultoria ou de assistência técnica, inclusive custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

**Parágrafo Único** O disposto neste artigo não se aplica a pesquisadores de instituições de pesquisa e de ensino superior, bem como, a instrutores de programas de treinamento de recursos humanos.

**Art. 19** Na programação da despesa prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ser:

- I** - fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos correspondentes;
- II** - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementaridade de ações;
- III** - previstos recursos para entidades, clubes, associações ou outras entidades congêneres com fins lucrativos.

**Art. 20** O Poder Executivo Municipal poderá inserir dotações no Projeto de Lei Orçamentária Anual com o objetivo de conceder ajudas à pessoas carentes de acordo com o que está contido nos incisos, parágrafos e artigos, da Lei nº 9.680, de 28 de dezembro de 2001.

**Art. 21** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as eventuais modificações ocorridas na Estrutura Organizacional Básica do Município, decorrentes de alteração na Legislação Municipal surgida após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias à Câmara Municipal.

**Art. 22** Para cada caso de transposição, remanejamento, transferência ou utilização, total ou parcialmente, das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022, será editada uma lei específica.

**§ 1º** As alterações mencionadas no "caput" deste artigo dar-se-ão por decreto, após a publicação de cada lei específica.

**§ 2º** O remanejamento de recursos entre elementos de despesas, respeitada a classificação institucional, funcional-programática, a categoria econômica da despesa e o grupo de natureza da despesa, não constitui reprogramação orçamentária mas, tão só ajuste contábil, a ser processado por meio do sistema orçamentário e financeiro municipal.

**§ 3º** Os créditos consignados no orçamento para dar cobertura às Emendas Parlamentares Impositivas que não forem utilizados até 30 de novembro de 2022, em razão de impedimentos de ordem técnica, não serão de execução obrigatória, e poderão dar cobertura a créditos adicionais para suprir insuficiência orçamentária mediante prévia e específica autorização legislativa.

**Art. 23** O Poder Executivo enviará, à Câmara Municipal, em meio magnético, a despesa discriminada até a Modalidade de Aplicação, com a finalidade exclusiva de subsidiar a análise do projeto de lei orçamentária anual.

**Art. 24** As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou aos projetos que o modifiquem, somente poderão ser aprovados caso:

**I** – Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre:

- a)** Dotação para pessoal e encargos sociais;
- b)** Serviços da dívida;
- c)** Recursos oriundos de convênios;
- d)** Recursos provenientes de operações de crédito;
- e)** Remanejamento de recursos das Funções Educação e Saúde ;
- f)** Dotações para pagamento de Precatórios judiciais.

**II** – Sejam relacionadas:

- a)** Com a correção de erros ou omissões;
- b)** Com os dispositivos do texto da Lei do Plano Plurianual e do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Art. 25** Não serão admitidas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual que impliquem em transferências de dotações orçamentárias custeadas com receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, órgãos de regime especial e fundações, para atender programação a ser desenvolvida por outra entidade que não aquela geradora dos recursos.

**Art. 26** Constarão, obrigatoriamente, das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual:

**I** - Exposição de motivos que justifiquem a proposição da emenda;

**II** - Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades, operações especiais e a fonte de recursos que será acrescida em decorrência da anulação de que trata o inciso III do presente artigo;

**III** - Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades, operações especiais que serão anuladas para cobertura da emenda apresentada pelo Poder Legislativo.

**§1º** A inobservância de quaisquer dos requisitos referidos neste art. determinará o arquivamento da emenda.

**§2º** os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem, sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares com prévia e específica autorização legislativa.

**§3º** O Poder Executivo realizará obrigatoriamente a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação incluída por emendas individuais em Lei Orçamentária, em montante correspondente a 0,6% % (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, prevista no art. 127 – A, da Lei Orgânica do Município, conforme os critérios para execução equitativa da programação orçamentária.

## **Seção II**

### **DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

**Art.27** O detalhamento das prioridades de investimento de interesse da sociedade será articulado e supervisionado, pelo Gabinete do Vice-Prefeito, através da Secretaria Executiva de Participação Popular, mediante processo de consulta prévia à população, em assembleias regionais, e amplamente divulgadas pelos meios de comunicação.

**Parágrafo Único** - O resultado da consulta popular de que trata este artigo será apropriado e registrado dentro do Projeto de Lei Orçamentária Anual, na forma de Políticas Públicas nas Regiões de Participação Popular, bem como no Órgão/Unidade responsável por sua execução.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**



**Art. 28** As despesas com pessoal, ativo e inativo, do Poder Legislativo para o exercício financeiro de 2021, deverão estar de acordo com o que dispõe o art. 29 – A, da Constituição Federal, combinado com o art. 20, inciso III, letra a, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 29** Quanto ao Poder Executivo Municipal, as despesas com pessoal, ativo e inativo para o mesmo exercício financeiro deverá estar de acordo com o que estabelece o art.20, inciso III, letra b, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo Único** – Quando da Execução da Despesa com Pessoal e Encargos, deverão ser observadas as inovações legais introduzidas pela Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

**Art. 30** No exercício de 2021, somente poderão ser admitidos servidores, nos Poderes Legislativo e Executivo se:

**I** - existir prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

**II** - existirem cargos vagos a preencher, conforme proposição de Alteração dos Quantitativos dos Cargos do Quadro Permanente de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal estabelecidos nas Leis Nº 9.062, de 27 de abril de 2000 e 11.388 de 08 de fevereiro de 2008, combinado com as disposições contidas nos artigos 18, 19 , 20 e 71 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000.

**III** - realização de concursos públicos em diversas áreas, para preenchimento de vagas, objetos dos mesmos e novos cargos a serem criados por lei específica.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 31** Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriormente ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Poder Legislativo Municipal, que impliquem, acréscimo de arrecadação em relação a estimativa da receita constante da referida proposição, os recursos correspondentes deverão ser objeto de crédito adicional no decorrer do exercício financeiro de 2022.

**Art. 32** A concessão ou ampliação de incentivos, isenções e benefícios de natureza tributária ou financeira, somente poderão ser aprovadas caso indiquem a estimativa da renúncia de receita e as despesas, em igual valor, que serão anuladas, ou estar acompanhada de medidas de compensação no mesmo período por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**Art. 33** Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser considerados os efeitos de alterações na legislação tributária que se refiram a:

**I** - revisão e atualização do Imposto Predial Territorial Urbano, buscando aumentar a sua seletividade, de forma a obter um incremento proporcional na arrecadação real deste tributo, inclusive com a característica de progressividade, na forma preconizada no Plano Diretor e na Lei Nº 10.257/01, com o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

**II** - modernização no sistema de lançamento do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e direitos a eles relativos (ITBI);

**III** - revisão das alíquotas incidentes na tributação das prestações de serviços constantes do Anexo I, da Lei Complementar nº 053/2008, de competência municipal;

**IV** - Projetos de Leis complementares que tramitem no Congresso Nacional, aprimadores da tributação de competência municipal;

**V** - revisão e atualização de Taxas do Poder de Polícia ou pela Utilização de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis;

**VI** - atualização da legislação Tributária, inclusive quanto a implantação da Contribuição de Melhorias decorrentes de obras públicas, com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

**VII** - revisão dos preços públicos, para adequá-los aos princípios de atuação do Município com caráter de empresa, perseguindo a obtenção real de rendas provenientes dos serviços de natureza industrial, comercial e civil;

**VIII** - revisão e atualização do Código Tributário Municipal;

**IX** - Projeto de Lei que tramite na Câmara Municipal, quando do envio da Proposta Orçamentária Anual.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES INCLUÍDAS OU ACRESCIDAS POR EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 34** O regime de execução estabelecido neste Capítulo tem como finalidade garantir a efetiva entrega à sociedade dos bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares independentemente de autoria, de acordo com art. 127-A da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

**§ 1º** Os órgãos de execução devem adotar todos os meios e medidas necessários à execução das programações decorrentes de emendas de que trata esta Seção.

**§ 2º** A aplicação dos recursos reservados ao financiamento de ações e serviços públicos, conforme determinados pela Emenda à Lei Orgânica nº 31/2019 (Emendas Impositivas), deve ser feita com o destaque dos objetivos e metas alocados, assim como com a classificação programática de todas as emendas apresentadas, para que os autores possam ter a devida clareza tanto da alocação quanto da execução”

**Art.35** É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas de que trata esta Seção, de acordo com o § 7º do art. 127-A, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa

**§ 1º** Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independentemente da autoria, de acordo com o § 7º do art. 127-A, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

**§ 2º** A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, de acordo com o art. 127-A da Lei Orgânica do Município de João Pessoa.

## **SEÇÃO II DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS**

### **Subseção I Da Indicação e Priorização de Beneficiários**

**Art. 36** Esta Seção dispõe sobre procedimentos e prazos para apresentação, registro e operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, bem como sobre prazos e procedimentos para superação de impedimentos técnicos, em atendimento ao disposto no art. 127-A da Lei Orgânica do Município.

**Art. 37** Para fins de execução orçamentária e financeira das emendas individuais de execução obrigatória constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias–LDO-2022 e da Lei Orçamentária Anual-LOA-2022, a Secretaria de Planejamento **promoverá um módulo Orçamento Impositivo**

a carga das programações orçamentárias, enviada pela Câmara Municipal, com a **identificação do autor, número das emendas, valores e respectivas classificações orçamentárias** das despesas.

**Art. 38** A Câmara Municipal deverá encaminhar à Secretaria de Planejamento cópia da relação das emendas aprovadas na Lei Orçamentária e seus respectivos programas de trabalho para fins de cadastramento no **Módulo Orçamento Impositivo** no Sistema de Orçamento do Município.

**Art. 39** os parlamentares autores das emendas aprovadas na LOA deverão encaminhar aos órgãos de Governo responsáveis pelas respectivas programações, as informações detalhadas com a indicação específica dos objetos.

**Art. 40** Os órgãos do Poder Executivo devem analisar a viabilidade técnica e legal de execução das emendas vinculadas aos seus programas de trabalho, sendo sua a responsabilidade pela execução, afastada nos casos justificados de impedimentos “não sanados” que impeçam o curso regular de realização da despesa.

**Art. 41** A indicação de beneficiários descrita deverá sempre observar o disposto no art. 166, § 9º, da Constituição Federal, no tocante à destinação obrigatória de, pelo menos, 50% ( cinquenta por cento) dos valores para ações e serviços públicos de saúde;

**Parágrafo Único** A destinação dos valores para ações e serviços em saúde, conforme caput anterior, pode ser realizado transferências financeiras para entidades filantrópicas e/ou Educacionais que atuem na área de saúde credenciadas e conveniadas pelo município;

## **Subseção II**

### **Da Análise das Emendas e dos Impedimentos de Ordem Técnica**

**Art. 42** São considerados impedimentos de ordem técnica:

**I** – a não indicação do beneficiário e do valor da emenda;

**II**- a desistência da proposta por parte do proponente;

**III**- a incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária;

**IV**- a incompatibilidade do objeto proposto com o programa de trabalho do órgão ou entidade executora;

**V**- a incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto;



**VI-** outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 43** As receitas próprias de órgãos, fundos, autarquias, órgãos de regime especial e de fundações do Município, somente poderão ser reprogramadas para atender despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atender, integralmente, suas necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

**Art. 44** A Lei Orçamentária Anual estabelecerá os limites para abertura de créditos adicionais suplementares, utilizando como recursos os definidos no art. nº 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**§ 1º** As solicitações de abertura de créditos adicionais suplementares dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual, serão submetidas a Secretaria de Planejamento, acompanhadas de justificativas e de indicação de reduções de dotações necessárias a cobertura do pleito, mediante edição de Decretos.

**§ 2º** As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais suplementares integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesa – QDD.

**Art. 45** O Poder Executivo Municipal poderá proceder alterações de ordem qualitativa na estrutura da natureza da despesa, sejam elas na categoria econômica, no grupo de natureza de despesa e na modalidade de aplicação em eventuais impropriedades, se detectadas, durante a fase de execução orçamentária relativa ao exercício financeiro de 2022, tanto na Lei Orçamentária Anual, como no Plano Plurianual adequando-os aos preceitos da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, mediante prévia e específica autorização legislativa, em cada caso.

**Art. 46** Durante a execução orçamentária do exercício de 2022, as dotações previstas para os Serviços da Dívida, só poderão ser canceladas ou anuladas com o objetivo de atender a outras finalidades através dos Instrumentos Orçamentários do Remanejamento, Transposição e Transferência com a autorização legislativa, desde que a Unidade Orçamentária comprove, perante a Secretaria de Planejamento, a existência de recursos suficientes para cobrir as despesas previstas para os Serviços da Dívida até o final do exercício, exceto quanto das dotações destinadas à Câmara Municipal de João Pessoa.

**Art. 47** As dotações orçamentárias consignadas às funções Educação e Saúde somente poderão ser usadas como realocações de dotações para outras funções de Governo, pelos Instrumentos

Orçamentários do Remanejamento, Transposição e Transferência com a autorização legislativa, a partir do último quadrimestre do exercício financeiro do ano em curso.

**Art. 48** É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios, empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos da dívida, observados os cronogramas financeiros das respectivas obrigações.

**Parágrafo Único** Os recursos orçamentários destinados à contrapartida prevista no “caput” deste artigo não poderão ter destinação diversa da programada, exceto para a cobertura de despesas com Pessoal e Encargos Sociais e de Ações Prioritárias, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua execução ou tornar-se desnecessária a sua aplicação original.

**Art. 49** A solicitação de Crédito Adicional à conta de recursos de excesso de arrecadação proveniente da receita própria diretamente arrecadadas pelos Órgãos da Administração Indireta deverá ser acompanhada de exposição de motivos contendo a estimativa de receita para o exercício.

**Art. 50** A criação, expansão ou aperfeiçoamento da Ação Governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, além de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Parágrafo Único** Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, ou seja, aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24, da Lei Nº 8.666/1993 e alterações formuladas pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

**Art. 51** Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2022 não for encaminhado à sanção do Prefeito do município até o dia 30 de dezembro de 2021, a programação de lei constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

**§ 1º** Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da lei orçamentária, a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

**§ 2º** Excetuam-se do disposto no caput deste artigo, os projetos e atividades que não estavam em execução no exercício de 2021.

**§ 3º** Não se incluem no limite previsto no caput deste art., as dotações orçamentárias para atendimento de despesas com:

**I** - Pessoal e encargos sociais;

**II** - Pagamento de benefícios previdenciários custeados pelo Tesouro Municipal e pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de João Pessoa – IPM;

**III** - Pagamento dos serviços da dívida;

**IV** - Os projetos e atividades que estavam em execução no exercício de 2021, financiados com recursos externos e/ou contrapartida;

**V** - Precatórios judiciais conforme estabelece o art. 100, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional Nº 30, de 13 de setembro de 2000 e acrescido do Art. 78, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**§ 4º** O procedimento autorizado neste art. poderá ser utilizado até o mês da publicação do Quadro de Detalhamento da Despesa a que se refere o art. 52, desta Lei.

**Art. 52** O Poder Executivo, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da publicação da Lei Orçamentária de 2022, publicará o Quadro de Detalhamento da Despesa, por unidade orçamentária de cada Órgão, inclusive seus fundos e Entidades que integram os orçamentos de que trata esta Lei, especificando cada categoria de programação, as fontes, até a Modalidade de Aplicação.

**Parágrafo Único** O Quadro de Detalhamento da Despesa será alterado em virtude da abertura de crédito adicional ou de fato ou ato que requeira a adequação às necessidades da execução orçamentária, observados os limites fixados na Lei Orçamentária de 2022.

**Art. 53** Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

**§ 1º** A limitação do empenho descrita no caput deste artigo abrangerá as despesas com custeio e de capital, nesta ordem.

**§ 2º** Não serão objeto de limitação de empenho as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, Precatórios Judiciais e Serviço da Dívida Municipal.

**§ 3º** No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

**Art. 54** Prestação de contas anual do município será enviada ao Tribunal de Contas do Estado e ao Poder Legislativo Municipal, conforme determina o artigo 43 e o inciso X, do art. 60, respectivamente, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, combinado com o inciso I, § 1º, do art. 51, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 55** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 56** Revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 19 DE ABRIL DE 2021.**

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
**PREFEITO**

**INTREPIDA A ORIGINE**





Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Finanças

DEMONSTRATIVOS FISCAIS

2022

TABELA 2 - Metas Anuais

AMF - Demonstrativo I (LRF, art 4º § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente	Valor Constante	%RCL (a/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%RCL (b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%RCL (c/RCL)x100
Receita Total	9.349.865	9.034.558	34,66%	30.387.060	28.438.078	105,04%	98.757.944	89.514.530	318,33%
Receitas Primárias (I)	9.024.913	8.720.565	33,46%	29.330.968	27.449.722	101,39%	95.325.645	86.403.482	307,26%
Despesas Total	7.781.608	2.229.687	28,85%	25.290.225	23.668.146	87,42%	82.193.231	74.500.218	264,93%
Despesas Primária (II)	7.582.280	2.172.573	28,11%	24.642.409	23.061.881	85,18%	80.087.830	72.591.876	258,15%
Resultado Primário	1.442.633	413.362	5,35%	4.688.558	4.387.841	16,21%	15.237.815	13.811.606	49,12%
(III) - (I-II)									
Resultado Nominal	39.880	38.535	0,15%	43.047	40.286	0,15%	-1.435.377	-1.301.031	-4,63%
Dívida Pública Consolidada	542.148	523.865	2,01%	585.194	547.661	2,02%	631.658	572.537	2,04%
Dívida Consolidada Líquida	-2.229.035	-2.153.865	-8,26%	-2.406.020	-2.251.701	-8,32%	-2.597.058	-2.353.982	-8,37%
Receitas Primária Advindas de PPP (IV)									
Despesas Primária geradas por PPP (V)									
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

Obs: Os dados foram deflacionados com base nas informações contida no manual emitido pela STN.

Taxa Média da Inflação do Período ( previsão de índices coletados em março 2021):

VARIÁVEIS	2022	2023	2024
Inflação Média (% anual) projetada com			
Índice oficial de inflação	3,49	3,25	3,25
VARIÁVEIS			
PIB real (crescimento % anual)	2022 3,49	2023 3,49	2024 3,49
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo média % anual	0,75	2,48	3,25
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano	4,50	4,20	4,15
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice de inflação	3,49	3,25	3,25
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	2.697.591,576,75	2.892.966,189,88	3.102.416,942,03

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2022	2023
Valor corrente	1,0349
2023	
Valor corrente	1,0685
2024	
Valor corrente	1,1033

Memória de cálculo da Receita e da Despesa

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ 1,00			
	Base de cálculo	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.537.630</b>	<b>8.842.662</b>	<b>28.738.651</b>	<b>93.400.616</b>
Receitas Tributária	564.859	1.971.358	6.406.913	20.822.468
Impostos	517.108	1.804.707	5.865.297	19.062.217
Taxas	47.751	166.651	541.616	1.760.251
Receitas de Contribuições	94.491	329.774	1.071.764	3.483.234
Receitas Patrimonial	60.381	210.730	684.871	2.225.832
<b>TRANSFERÊNCIA CORRENTE</b>	<b>1.770.475</b>	<b>6.178.958</b>	<b>20.081.613</b>	<b>65.265.241</b>
Transferência da União	944.565	3.286.062	10.679.701	34.709.028
Cota-Parte do FPM	350.057	1.221.699	3.970.522	12.904.195
Transferência de Recursos do SUS-FNAS	31.114	108.588	352.911	1.146.959
Demais Transferência da União	560.394	1.955.775	6.356.269	20.657.874
<b>Transferência dos Estados</b>	<b>468.418</b>	<b>1.634.779</b>	<b>5.313.031</b>	<b>17.267.351</b>
Cota-Parte do ICMS	363.089	1.267.181	4.118.337	13.384.595
Cota-Parte do IPVA	93.679	326.940	1.062.554	3.453.301
Demais Transferência Do Estado	11.650	40.659	132.140	429.455
<b>Transferência Multigovernamentais</b>	<b>254.856</b>	<b>889.447</b>	<b>2.890.704</b>	<b>9.394.789</b>
Transferência do FUNDEB	254.856	889.447	2.890.704	9.394.789
Transferência de Convênio Diversos		0	0	0
<b>Transferência de Convênio</b>	<b>105.636</b>	<b>368.670</b>	<b>1.198.176</b>	<b>3.894.073</b>
Recursos da União	105.636	368.670	1.198.176	3.894.073
Recursos do Estado	0	0	0	0
Recursos de Inst. Privadas	0	0	0	0
Outras Transferências de convênio	0	0	0	0
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>47.423</b>	<b>151.843</b>	<b>493.489</b>	<b>1.603.841</b>
Multas e Juros de Mora	22.260	77.687	252.484	820.573
Indenizações e Restituições	3.915	13.663	11.380	36.985
Receitas da Dívida Ativa Tributária	0	0	0	0
Outras Receitas	21.248	74.156	241.005	783.268
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>145.478</b>	<b>507.203</b>	<b>1.648.409</b>	<b>5.357.329</b>
Receita de Capital	44.418	154.503	502.136	1.631.941
Operações de Crédito	42.270	147.522	479.447	1.558.204
Amortizações de Empréstimos	2.148	6.981	22.688	73.737
Alienações de Bens	0	0	0	0
<b>Transferência de Capital</b>	<b>101.060</b>	<b>352.699</b>	<b>1.146.273</b>	<b>3.725.387</b>
Transferência da União	13.580	47.394	154.031	500.601
Transferência de Convênio	87.480	305.305	992.242	3.224.786
<b>TOTAL</b>	<b>2.683.108</b>	<b>9.349.865</b>	<b>30.387.060</b>	<b>98.757.944</b>

(\*) Valores apresentados correspondem ao total de receitas arrecadadas no ano anterior separadas por

Metodologia e memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:

Receita Tributária		R\$ milhares	
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ milhares	Variação %	
2019	506.837	12,71	
2020	596.950	17,78	
2021	564.859	-5,38	
2022	1.971.358	249,00	
2023	6.406.913	225,00	
2024	19.062.217	197,53	

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios		R\$ milhares	
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ milhares	Variação %	
2019	322.299	-17,82	
2020	279.010	-13,43	
2021	350.057	25,46	
2022	1.221.699	249,00	
2023	3.970.522	225,00	
2024	12.904.195	225,00	

Transferências e Recursos do SUS		R\$ milhares	
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ milhares	Variação %	
2019	8.664	-98,43	
2020	12.571	45,09	
2021	31.114	147,51	
2022	108.588	249,00	
2023	352.911	225,00	
2024	1.146.959	225,00	

Outras Receitas Correntes		R\$ milhares	
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ milhares	Variação %	
2019	86.003	-1,81	
2020	49.961	-41,91	
2021	47.423	-5,08	
2022	151.843	220,19	
2023	493.489	225,00	
2024	1.603.841	225,00	

Receitas de Capital		R\$ milhares	
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ milhares	Variação %	
2019	383.290	0,00	
2020	117.935	-69,23	
2021	145.478	23,35	
2022	507.203	248,65	
2023	1.648.409	225,00	
2024	5.357.329	225,00	



Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas de Prefeitura de João Pessoa/PB

TOTAL DE DESPESAS  
AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS		R\$ milhares			
		Ano de referência	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (I)		2.073.093	7.235.095	23.514.057	76.420.686
Pessoal e Encargos Sociais		1.431.279	4.995.164	16.234.282	52.761.417
Juros e Encargos da Dívida		2.115	7.381	23.989	77.966
Outras Despesas Correntes		639.699	2.232.550	7.255.786	23.581.304
DESPESAS DE CAPITAL (II)		156.588	546.492	1.776.099	5.772.323
Investimentos		101.583	354.525	1.152.205	3.744.667
Inversões Financeiras		6	21	68	221
Amortização Financeira		54.999	191.947	623.826	2.027.435
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)		6	21	66	221
TOTAL (IV) = (I+II+III)		2.229.687	7.781.608	25.290.225	82.193.231

Metodologia e memória de Cálculo das Principais Despesas:

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ milhares	Variação %
2019	1.200.429	-5,89
2020	1.276.961	6,38
2021	1.431.279	12,08
2022	4.995.164	249,00
2023	16.234.282	225,00
2024	52.761.417	225,00

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ milhares	Variação %
2019	1.002	-89,19
2020	3.274	226,75
2021	2.115	-35,40
2022	7.381	249,00
2023	23.989	225,00
2024	77.966	225,00

Reserva de Contingência

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ milhares	Variação %
2019	0	-100,00
2020	6	0,00
2021	6	0,00
2022	21	249,00
2023	68	225,00
2024	221	225,00

## METAS FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO		2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>2.160.162</b>	<b>2.537.629</b>	<b>2.237.280</b>	<b>8.856.325</b>	<b>28.783.057</b>	<b>93.544.935</b>
Receitas Tributárias		596.950	564.859	618.261	1.971.358	6.406.913	20.822.468
Receita de Contribuição		91.003	94.491	94.252	329.774	1.071.764	3.483.234
Receita Patrimonial		44.213	60.381	45.791	210.730	684.871	2.225.832
Aplicações Financeiras		46.719	52.754	48.387	184.111	598.362	1.944.677
Transferências Correntes		1.378.035	1.770.475	1.427.231	6.178.958	20.081.613	65.265.241
Receitas de serviços		0	0	0	0	0	0
Demais Receitas Correntes		49.961	47.423	51.745	165.506	537.895	1.748.160
<b>Deduções da Receita Corrente FUNDEB</b>		<b>-163.761</b>	<b>-163.761</b>	<b>169.607</b>	<b>-571.526</b>	<b>-1.857.459</b>	<b>-6.036.742</b>
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)</b>		<b>2.113.443</b>	<b>2.484.875</b>	<b>2.188.893</b>	<b>8.672.214</b>	<b>28.184.695</b>	<b>91.600.258</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>		<b>145.478</b>	<b>145.478</b>	<b>118.361</b>	<b>500.222</b>	<b>1.625.721</b>	<b>5.283.592</b>
Operações de Créditos (V)		42.270	42.270	103.570	147.522	479.447	1.558.204
Amortização de Empréstimos (VI)		2.148	2.148	0	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)		0	0	31	0	0,00	0,00
Transferência de Capital		101.060	101.060	14.760	352.699	1.146.273	3.725.387,41
Outras Receitas de Capital		0	0	0	0	0	0
<b>RECEITA CORRENTE INTRA - ORÇAMENTARIA</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)</b>		<b>101.060</b>	<b>101.060</b>	<b>14.760</b>	<b>352.699</b>	<b>1.146.273</b>	<b>3.725.387</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)</b>		<b>2.214.503</b>	<b>2.585.935</b>	<b>2.203.653</b>	<b>9.024.913</b>	<b>29.330.968</b>	<b>95.325.645</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>		<b>2.073.094.655</b>	<b>2.073.093</b>	<b>2.023.303</b>	<b>7.235.095</b>	<b>23.514.057</b>	<b>76.420.686</b>
Pessoal e Encargos Sociais		1.431.279.799	1.431.279	1.322.549	4.995.164	16.234.282	52.761.417
Juros e Encargos da Dívida (XI)		2.115.155	2.115	3.391	7.381	23.989	77.966
Outras Despesas Correntes		639.699.701	639.699	697.363	2.232.550	7.255.786	23.581.304
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)</b>		<b>2.070.979.500</b>	<b>2.070.978</b>	<b>2.019.912</b>	<b>7.227.713</b>	<b>23.490.068</b>	<b>76.342.721</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>		<b>156.589.866</b>	<b>156.588</b>	<b>115.623</b>	<b>546.492</b>	<b>1.776.099</b>	<b>5.772.323</b>
Investimentos		101.583.843	101.583	74.572	354.525	1.152.205	3.744.667
Inversões Financeiras		6.058	6	6.274	21	68	221
Amortização da Dívida (XIV)		54.999.965	54.999	34.777	191.947	623.826	2.027.435
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)</b>		<b>101.589.901</b>	<b>101.589</b>	<b>80.846</b>	<b>354.546</b>	<b>1.152.273</b>	<b>3.744.888</b>
<b>RESERVAS DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>		<b>6.030</b>	<b>6</b>	<b>6.245</b>	<b>21</b>	<b>68</b>	<b>221</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIA (XVII) = (XII + XV + XVI)</b>		<b>2.172.575.431</b>	<b>2.172.573</b>	<b>2.107.003</b>	<b>7.582.280</b>	<b>24.642.409</b>	<b>80.087.830</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)</b>		<b>-2.170.360.928</b>	<b>413.362</b>	<b>96.650</b>	<b>1.442.633</b>	<b>4.688.558</b>	<b>15.237.815</b>

Memória de Cálculo da Dívida e Resultado Nominal

MÉTAS FISCAL - RESULTADO NOMINAL

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	431.092	465.321	502.267	542.148	585.194	631.658
DEDUÇÕES (II)	2.085.274	2.378.484	2.567.336	2.771.182	2.991.214	3.228.716
Ativo Disponível	733.695	791.950	854.831	922.704	995.967	1.075.047
Haveres Financeiros	1.410.704	1.522.714	1.643.617	1.774.121	1.914.986	2.067.036
(-) Restos a Pagar Processados	-59.125	-63.820	-68.887	-74.357	-80.261	-86.634
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.654.182	-1.913.163	-2.065.068	-2.229.035	-2.406.020	-2.597.058
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.325.820	1.431.090	1.544.719	1.667.369	1.799.758	1.942.659
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	-2.980.002	-3.344.253	-3.609.787	-3.896.404	-4.205.778	-4.539.717

RESULTADO NOMINAL	(d-a*)	(e-d)	(f-e)	(g-f)	(h-g)	(i-h)
VALOR	17.669	34.229	36.946	39.880	43.047	-1.435.377

Meta Fiscal Montante da Dívida

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	431.092	465.321	502.267	542.148	585.194	631.658
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	431.092	465.321	502.267	542.148	585.194	631.658
DEDUÇÕES (II)	2.123.549	2.255.539	2.567.336	2.771.182	2.991.214	3.228.716
Ativo Disponível	733.695	791.950	854.831	922.704	995.967	1.075.047
Haveres Financeiros	1.410.704	1.522.714	1.643.617	1.774.121	1.914.986	2.067.036
(-) Resto a Pagar Processados	-59.125	-63.820	-68.887	-74.357	-80.261	-86.634
DCL (III) = (I - II)	-1.692.457	-1.790.218	-2.065.068	-2.229.035	-2.406.020	-2.597.058

Nota: o cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

*Rafael Teixeira*  
Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira  
Diretor de Contabilidade Geral



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Finanças

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

2022

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas	%RCL	Metas	%RCL	Variações	
	Previsas EM 2020(a)		Realizadas em 2020 (b)		Valor (h) = (f-d)	% (h/d) 100
Receita Total	2.774.645	119,70	2.253.581	97,22	-521.064	-18,78
Receitas primárias (I)	2.661.542	114,82	2.150.993	92,79	-510.549	-19,18
Despesas Total	2.774.645	119,70	2.065.198	89,09	-709.447	-25,57
Despesas Primária (II)	2.775.460	119,73	2.008.084	86,63	-767.376	-27,65
Resultado Primário (III) = (I-II)	-113.918	-4,91	142.909	6,16	256.827	-225,45
Resultado Nominal	130.876	5,65	414.958	17,90	284.082	217,06
Dívida Pública Consolidada	431.092	18,60	436.649	18,84	5.557	1,29
Dívida Consolidada Líquida	-1.654.181	-71,36	-1.339.441	-57,78	314.740	-19,03

Fonte: Secretarias Municipais de Planejamento e de Finanças

ESPECIFICAÇÃO		VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2022		
Valor efeito (realizado) do PIB Estadual para 2022		



**Receita Total**

**Previsão Inicial**  
**2.774.645**

**Receitas Realizadas**  
**2.253.581**

- (-) Aplicações Financeiras
- (-) Operações de Créditos
- (-) Receitas de Alienação de Bens

52.754  
60.319  
30

60.319  
42.269  
0

**Receitas Primárias (=)**

**2.661.542**

**2.150.993**

**Despesas Total**

**2.774.645**

**2.065.198**

- (-) Juros e Encargos da Dívida
- (-) Amortização da Dívida
- (+) Reserva de Contingência

3.632  
29.164  
33.611

2.115  
54.999  
0

**Despesas Primárias**

**2.775.460**

**2.008.084**

**Apuração do resultado primário**

- Total das receitas primárias
- (-) Total das despesas primárias

2.661.542  
2.775.460

2.150.993  
2.008.084

**Resultado primário**

**-113.918**

**142.909**

*Ata*

Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira  
Diretor de Contabilidade Geral



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Finanças

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores  
2022

AMF - demonstrativo III (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	2.258.921	2.630.353	16,44	2.307.254	-12,28	9.172.435	297,55	29.810.415	225,00	96.883.849	225,00
Receitas Primárias (I)	2.214.503	2.585.935	16,77	2.203.653	-14,78	9.024.913	309,54	29.330.968	225,00	95.325.645	225,00
Despesas Total	2.229.684.521	2.229.681	-99,90	2.138.926	-4,07	7.781.587	263,81	18.010.381	131,45	82.193.009	356,36
Despesas Primárias (II)	2.172.575.431	2.172.573	-99,90	2.107.003	-3,02	7.582.280	259,86	24.642.409	225,00	82.193.009	233,54
Resultado Primário (III) = (I - II)	-2.170.360.928	413.362	-100,02	96.650	-76,62	1.442.633	1392,64	4.688.558	225,00	13.132.636	180,10
Resultado Nominal	17.669	34.229	93,72	36.946	7,94	39.880	7,94	43.047	7,94	-1.435.377	-3434,48
Dívida Pública Consolidada	431.092	465.321	7,94	502.267	7,94	542.148	7,94	585.194	7,94	631.658	7,94
Dívida Consolidada Líquida	-1.692.457	-1.790.218	5,78	-2.065.068	15,35	-2.229.035	7,94	-2.406.020	7,94	-2.597.058	7,94

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	2.940.663	3.789.555	28,87	2.307.254	-39,12	8.856.267	283,84	28.802.334	225,22	93.607.584	225,00
Receitas Primárias (I)	2.882.840	3.725.562	29,23	2.203.653	-40,85	8.713.829	295,43	28.339.099	225,22	92.102.073	225,00
Despesas Total	2.902.603.309	3.212.306	-99,89	2.138.926	-33,41	7.513.360	251,27	17.401.335	131,61	79.413.536	356,36
Despesas Primárias (II)	2.828.258.696	3.130.030	-99,89	2.107.003	-32,68	7.320.923	247,46	23.809.091	225,22	79.413.536	233,54
Resultado Primário (III) = (I - II)	-2.825.375.856	595.531	-100,02	96.650	-83,77	1.392.907	1341,19	4.530.008	225,22	12.688.537	180,10
Resultado Nominal	12.264	23.759	93,73	36.946	55,51	38.505	4,22	41.591	8,01	-1.386.838	-3434,48
Dívida Pública Consolidada	561.196	322.982	-42,45	502.267	55,51	523.460	4,22	565.405	8,01	610.298	7,94
Dívida Consolidada Líquida	-2.203.241	-1.242.601	-43,60	-2.065.068	66,19	-2.152.201	4,22	-2.324.657	8,01	-2.509.235	7,94

Fonte: Demonstrativo I

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

		ÍNDICES DE INFLAÇÃO				
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	3,40	4,25	4,00	3,49	3,25	3,25

2018

Valor Corrente X 1,3018

2019

Valor Corrente X 1,4407

2020

Valor Corrente X 1,040

2021

Valor Corrente X 1,036

2022

Valor Corrente X 1,035

2023

Valor Corrente X 1,035

*R. Teixeira*  
Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira  
Diretor de Contabilidade Geral



**Prefeitura Municipal de João Pessoa**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Consolidado Geral

**EXERCÍCIO: 2020**

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Ex. Anterior							1.115.403.240,93		1.115.403.240,93
Ajustes de Exercícios Anteriores									-
Aumento de Capital									-
Resultado do Exercício									-
Constituição/Reversão de Reservas									-
Dividendos									-
Saldo Final Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	1.115.403.240,93	-	1.115.403.240,93
Saldo Inicial Exercício Atual									
Ajustes de Exercícios Anteriores									-
Aumento de capital									-
Resultado do Exercício							256.855.718,45		256.855.718,45
Constituição/Reversão de Reservas									-
Dividendos									-
<b>Saldo Final Exercício Atual</b>	-	-	-	-	-	-	1.372.258.959,38	-	1.372.258.959,38





Prefeitura Municipal de João Pessoa  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

IPM - Instituto de Previdência do Município

**EXERCÍCIO: 2020**

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Ex. Anterior							(36.695.954,33)		(36.695.954,33)
Ajustes de Exercícios Anteriores									-
Aumento de Capital									-
Resultado do Exercício									-
Constituição/Reversão de Reservas									-
Dividendos									-
Saldo Final Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	(36.695.954,33)	-	(36.695.954,33)
Saldo Inicial Exercício Atual									-
Ajustes de Exercícios Anteriores									-
Aumento de capital									-
Resultado do Exercício							(61.955.589,62)		(61.955.589,62)
Constituição/Reversão de Reservas									-
Dividendos									-
<b>Saldo Final Exercício Atual</b>	-	-	-	-	-	-	(98.651.543,95)	-	(98.651.543,95)



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Finanças  
Evolução do Patrimônio Líquido  
2022

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

	2020	%	2019	%	2018	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital			959.019	85,98	924.211	96,37
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado			156.387	14,02	34.804	3,63
TOTAL	0	0	1.115.406	100	959.015	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

	2020	%	2019	%	2018	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital			-67.870	184,95	-66.058	97,33
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado			31.174	-84,95	-1.812	2,67
TOTAL	0		-36.696	100	-67.870	100

Nota: A coluna 2020 não possui nenhum valor por que até o presente momento (14/abril/21) a PCA 2020 ainda não foi consolidada para seu devido envio aos órgãos competentes.

Rafaela  
Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira  
Diretor de Contabilidade Geral



Estado da Paraíba

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Secretaria de Finanças

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

2022

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, § 2º, inciso II)

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2020 (d)	2019 (e)	2018 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVO (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Invenções Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2019 (g)	2018 (h)	2017 (i)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Balancete da Receita da Prefeitura Municipal de João Pessoa

*Atestado*  
Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira  
Diretor de Contabilidade Geral



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Finanças

**Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
2022**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS	RECEITAS		
	2018	2019	2020
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.430	88.915	118.192
RECEITAS CORRENTES	68.430	88.915	118.218
Receita de Contribuições dos Segurados	40.376	40.848	49.141
Pessoal Civil	40.376	40.848	49.141
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial	14.565	35.066	54.354
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	13.489	13.001	14.697
Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS			
Demais Receitas Correntes	13.489	13.001	14.697
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITAS			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	380	0	24
RECEITAS CORRENTES	380	0	24
Receitas de Contribuições	380	0	24
Patronal	380		24
Pessoal Civil	380		24
Pessoal Militar			
Para Cobertura de Deficit Atuarial			
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIA (III) - (I+II)	68.810	88.915	118.218

DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	2018	2019	2020	
ADMINISTRAÇÃO	227.048	250.429	280.914	
Despesas Correntes	9.655	10.472	0	
Despesas de Capital	9.645	10.381		
PREVIDENCIA	10	91		
Pessoal Civil	217.393	239.957	280.914	
Pessoal Militar	217.393	200.948	272.276	
Outras Despesas Previdenciárias	4	0		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias		39009		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			8637	
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) - (IV-V)	227.048	250.429	280.914	
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-VI)</b>	-158.238	-161.514	-162.696	

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR				
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	2018	2019	2020	
Plano Financeiro				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reservas				
Outras Aportes para o RPPS				
Plano Previdenciário				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial				
Outros Aportes para o RPPS				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
BENS E DIREITOS DO RPPS				

Fonte: RREO DO 6º BIMESTRE / 2020





Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Finanças

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
2022

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d 2016) + (c)
2019	0,00	-	-	-
2020	58.235.419,53	2.651.427,91	55.583.991,62	55.583.991,62
2021	64.538.232,48	4.918.317,91	59.619.914,57	115.203.906,19
2022	70.767.114,81	9.162.515,12	61.604.599,69	176.808.505,88
2023	77.841.266,53	11.069.048,00	66.772.218,53	243.580.724,41
2024	85.343.288,15	13.509.806,40	71.833.481,75	315.414.206,16
2025	91.438.867,72	23.559.576,94	67.879.290,78	383.293.496,94
2026	98.309.167,33	29.287.829,36	69.021.337,97	452.314.834,91
2027	105.419.679,92	34.717.244,06	70.702.435,86	523.017.270,77
2028	112.859.442,11	39.718.892,69	73.140.549,42	596.157.820,19
2029	120.512.140,25	45.042.984,68	75.469.155,57	671.626.975,76
2030	127.786.594,75	52.967.849,24	74.818.745,51	746.445.721,27
2031	135.186.136,63	60.360.910,68	74.824.225,95	821.269.947,22
2032	142.701.625,57	67.496.833,97	75.204.791,60	896.474.738,82
2033	149.477.521,91	77.935.200,74	71.542.321,17	968.017.059,99
2034	156.018.184,14	88.005.984,63	68.012.199,51	1.036.029.259,50
2035	161.990.698,07	99.151.097,57	62.839.600,50	1.098.868.860,00
2036	167.015.291,71	112.175.241,63	54.840.050,08	1.153.708.910,08
2037	170.863.371,05	126.920.393,66	43.942.977,39	1.197.651.887,47
2038	174.418.615,26	138.687.949,07	35.730.666,19	1.233.382.553,66
2039	176.631.458,04	152.727.678,44	23.903.779,60	1.257.286.333,26
2040	177.688.217,07	166.738.693,63	10.949.523,44	1.268.235.856,70
2041	177.089.095,22	182.420.214,46	(5.331.119,24)	1.262.904.737,46
2042	175.553.392,26	195.578.145,52	(20.024.753,26)	1.242.879.984,20
2043	172.371.136,32	209.795.178,95	(37.424.042,63)	1.205.455.941,57
2044	167.095.680,71	225.276.816,51	(58.181.135,80)	1.147.274.805,77
2045	159.950.029,40	240.036.081,64	(80.086.052,24)	1.067.188.753,53
2046	150.678.572,55	254.742.015,28	(104.063.442,73)	963.125.310,80
2047	138.836.032,50	270.362.718,97	(131.526.686,47)	831.598.624,33
2048	124.215.789,36	286.061.635,39	(161.845.846,03)	669.752.778,30
2049	107.272.935,83	298.869.396,17	(191.596.460,34)	478.156.317,96
2050	87.528.184,37	311.093.896,95	(223.565.712,58)	254.590.605,38
2051	64.783.183,21	322.240.848,51	(257.457.665,30)	-2.867.059,92
2052	41.719.427,62	333.154.304,56	(291.434.876,94)	-294.301.936,86
2053	41.659.993,70	343.723.641,71	(302.063.648,01)	-596.365.584,87
2054	41.558.134,69	353.241.225,64	(311.683.090,95)	-908.048.675,82
2055	41.609.865,19	360.205.277,29	(318.595.412,10)	-1.226.644.087,92
2056	41.747.243,07	365.327.341,75	(323.580.098,68)	-1.550.224.186,60
2057	41.700.848,85	370.189.998,20	(328.489.149,35)	-1.878.713.335,95
2058	41.657.384,67	373.187.406,92	(331.530.022,25)	-2.210.243.358,20
2059	41.439.199,55	375.850.949,30	(334.411.749,75)	-2.544.655.107,95

2060	41.236,157,02	376.221.678,65	(334.985.521,63)	-2.879.640.629,58
2061	40.886.648,11	375.943.806,64	(335.057.158,53)	-3.214.697.788,11
2062	40.508.620,87	373.296.129,28	(332.787.508,41)	-3.547.485.296,52
2063	40.027.028,01	369.079.377,97	(329.052.349,96)	-3.876.537.646,48
2064	39.420.030,53	363.389.582,37	(323.969.551,84)	-4.200.507.198,32
2065	38.651.542,51	356.416.564,55	(317.765.022,04)	-4.518.272.220,36
2066	37.747.756,65	348.007.614,94	(310.259.858,29)	-4.828.532.078,65
2067	36.697.250,68	338.250.566,17	(301.553.315,49)	-5.130.085.394,14
2068	35.504.165,81	327.188.534,02	(291.684.368,21)	-5.421.769.762,35
2069	34.175.345,87	314.883.826,26	(280.708.480,39)	-5.702.478.242,74
2070	32.719.248,99	301.413.076,61	(268.693.827,62)	-5.971.172.070,36
2071	31.146.771,03	286.876.332,26	(255.729.561,23)	-6.226.901.631,59
2072	29.470.518,38	271.389.806,31	(241.919.287,93)	-6.468.820.919,52
2073	27.705.265,22	255.096.394,05	(227.391.128,83)	-6.696.212.048,35
2074	25.886.970,56	238.132.959,94	(212.245.989,38)	-6.908.458.037,73
2075	23.973.392,77	220.652.749,42	(196.679.356,65)	-7.105.137.394,38
2076	22.044.212,84	202.857.067,12	(180.812.854,28)	-7.285.950.248,66
2077	20.100.042,78	184.939.056,90	(164.839.014,12)	-7.450.789.262,78
2078	18.162.029,15	167.085.491,53	(148.923.462,38)	-7.599.712.725,16
2079	16.250.441,71	149.460.254,44	(133.209.812,73)	-7.732.922.537,89
2080	14.386.808,02	132.272.653,95	(117.885.845,93)	-7.850.808.383,82
2081	12.592.138,88	115.723.708,88	(103.131.570,00)	-7.953.939.953,82
2082	10.886.228,95	100.001.503,95	(89.115.275,00)	-8.043.055.228,82
2083	9.285.738,81	85.237.831,82	(75.952.093,01)	-8.119.007.321,83
2084	7.808.029,68	71.627.123,55	(63.819.093,87)	-8.182.826.415,70
2085	6.463.679,63	59.262.826,85	(52.799.147,22)	-8.235.625.562,92
2086	5.263.186,74	48.206.246,50	(42.943.059,76)	-8.278.568.622,68
2087	4.209.094,96	38.500.362,38	(34.291.267,42)	-8.312.859.890,10
2088	3.302.491,63	30.157.280,50	(26.854.788,87)	-8.339.714.678,97
2089	2.539.458,69	23.144.813,63	(20.605.354,94)	-8.360.320.033,91
2090	1.911.242,21	17.386.828,27	(15.475.586,06)	-8.375.795.619,97
2091	1.405.862,35	12.769.674,12	(11.363.811,77)	-8.387.159.431,74
2092	1.009.575,94	9.141.904,56	(8.132.328,62)	-8.395.291.760,36
2093	708.631,19	6.394.063,15	(5.685.431,96)	-8.400.977.192,32

FONTE: RREO (6º bimestre de 2018) ANEXO XIII (LRF, art 53, § 1º, inciso II) Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS

Nota: As hipóteses e o método atuarial de avaliação e custeio adotado, observa-se que o presente Regime Próprio de Previdência Social, sob o enfoque financeiro e atuarial, encontrar-se-á equilibrado em função das seguintes alíquotas de contribuição previdenciárias, a saber: 11% para servidores efetivos, 11% para servidores inativos e pensionistas sobre a parcela remuneratória que vier a exceder o teto de remuneração do RGPS, e 22% para o Ente Federativo

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d 2016) + (c)
2020	286.035.399,65	291.922.333,76	(5.886.934,10)	-5.886.934,10
2021	307.514.163,61	307.514.163,61	-	-5.886.934,10
2022	322.387.556,47	322.387.556,47	-	-5.886.934,10
2023	336.375.311,86	336.375.311,86	-	-5.886.934,10
2024	352.624.661,40	352.624.661,40	-	-5.886.934,10
2025	367.867.911,35	367.867.911,35	-	-5.886.934,10
2026	384.640.427,88	384.640.427,88	-	-5.886.934,10
2027	402.855.392,51	402.855.392,51	-	-5.886.934,10
2028	417.452.503,47	417.452.503,47	-	-5.886.934,10
2029	433.858.395,64	433.858.395,64	-	-5.886.934,10
2030	450.829.220,89	450.829.220,89	-	-5.886.934,10
2031	464.568.656,78	464.568.656,78	-	-5.886.934,10
2032	477.538.893,81	477.538.893,81	-	-5.886.934,10
2033	489.798.735,42	489.798.735,42	-	-5.886.934,10
2034	500.248.278,25	500.248.278,25	-	-5.886.934,10
2035	508.280.457,92	508.280.457,92	-	-5.886.934,10
2036	515.331.706,76	515.331.706,76	-	-5.886.934,10
2037	520.675.257,19	520.675.257,19	-	-5.886.934,10
2038	522.806.383,74	522.806.383,74	-	-5.886.934,10
2039	524.600.875,93	524.600.875,93	-	-5.886.934,10
2040	525.568.445,21	525.568.445,21	-	-5.886.934,10
2041	524.324.643,13	524.324.643,13	-	-5.886.934,10
2042	521.322.131,81	521.322.131,81	-	-5.886.934,10
2043	517.645.509,50	517.645.509,50	-	-5.886.934,10
2044	512.304.973,81	512.304.973,81	-	-5.886.934,10
2045	505.726.815,68	505.726.815,68	-	-5.886.934,10
2046	498.093.870,72	498.093.870,72	-	-5.886.934,10
2047	488.514.294,07	488.514.294,07	-	-5.886.934,10
2048	475.458.228,45	475.458.228,45	-	-5.886.934,10
2049	461.895.308,96	461.895.308,96	-	-5.886.934,10
2050	446.555.150,47	446.555.150,47	-	-5.886.934,10
2051	428.965.997,19	428.965.997,19	-	-5.886.934,10
2052	410.623.505,67	410.623.505,67	-	-5.886.934,10
2053	391.675.861,43	391.675.861,43	-	-5.886.934,10
2054	372.233.952,38	372.233.952,38	-	-5.886.934,10
2055	352.282.403,37	352.282.403,37	-	-5.886.934,10
2056	332.146.566,46	332.146.566,46	-	-5.886.934,10
2057	312.043.077,36	312.043.077,36	-	-5.886.934,10
2058	292.084.476,24	292.084.476,24	-	-5.886.934,10
2059	272.386.696,48	272.386.696,48	-	-5.886.934,10
2060	253.054.072,12	253.054.072,12	-	-5.886.934,10
2061	234.191.603,77	234.191.603,77	-	-5.886.934,10
2062	215.908.137,80	215.908.137,80	-	-5.886.934,10
2063	198.333.374,23	198.333.374,23	-	-5.886.934,10
2064	181.503.326,09	181.503.326,09	-	-5.886.934,10
2065	165.506.159,60	165.506.159,60	-	-5.886.934,10
2066	150.401.342,76	150.401.342,76	-	-5.886.934,10
2067	136.220.949,72	136.220.949,72	-	-5.886.934,10
2068	122.998.546,65	122.998.546,65	-	-5.886.934,10
2069	110.695.686,99	110.695.686,99	-	-5.886.934,10
2070	99.322.810,42	99.322.810,42	-	-5.886.934,10
2071	88.819.425,74	88.819.425,74	-	-5.886.934,10
2072	79.149.422,80	79.149.422,80	-	-5.886.934,10
2073	70.251.713,89	70.251.713,89	-	-5.886.934,10

2074	62.074.233,41	62.074.233,41	-	-	-5.886.934,10
2075	54.546.717,79	54.546.717,79	-	-	-5.886.934,10
2076	47.665.097,54	47.665.097,54	-	-	-5.886.934,10
2077	41.400.840,31	41.400.840,31	-	-	-5.886.934,10
2078	35.705.471,52	35.705.471,52	-	-	-5.886.934,10
2079	30.573.627,72	30.573.627,72	-	-	-5.886.934,10
2080	25.995.857,11	25.995.857,11	-	-	-5.886.934,10
2081	21.966.565,88	21.966.565,88	-	-	-5.886.934,10
2082	18.468.364,53	18.468.364,53	-	-	-5.886.934,10
2083	15.519.865,40	15.519.865,40	-	-	-5.886.934,10
2084	13.052.249,77	13.052.249,77	-	-	-5.886.934,10
2085	11.057.017,58	11.057.017,58	-	-	-5.886.934,10
2086	9.495.960,69	9.495.960,69	-	-	-5.886.934,10
2087	8.291.663,00	8.291.663,00	-	-	-5.886.934,10
2088	7.377.143,07	7.377.143,07	-	-	-5.886.934,10
2089	6.680.050,86	6.680.050,86	-	-	-5.886.934,10
2090	6.140.798,85	6.140.798,85	-	-	-5.886.934,10
2091	5.704.506,98	5.704.506,98	-	-	-5.886.934,10
2092	5.330.932,69	5.330.932,69	-	-	-5.886.934,10
2093	4.990.925,63	4.990.925,63	-	-	-5.886.934,10

FONTE: Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS

*Atenciosamente*  
Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira  
Diretor de Contabilidade Geral




Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Finanças  
**Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita  
2022**

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRA/BENEFICIÁRIO	RENÚCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU	Renúncia/senção IPTU		3.382.005,13	3.534.195,36	3.693.234,15	Impacto orçamentário/financeiro: inexistente, na forma como vêm sendo projetadas as receitas, o valor da renúncia fiscal não é levado em consideração, posto que a receita está sendo estimada pelo valor líquido, não sendo embutido o valor renunciado, cumprindo ainda ressaltar que não foram criadas novas hipóteses de isenção ou de não incidência.
ISS	Isenção		2.295.983,48	2.399.302,73	2.507.271,36	
<b>TOTAIS</b>			<b>5.677.988,61</b>	<b>5.933.498,09</b>	<b>6.200.505,51</b>	

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

  
ADENILSON DE OLIVEIRA FERREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Finanças

**Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

**2022**

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2021
Aumento de Permanente da Receita	0,00
(-) Transferência Constitucionais	
(-) Transferência ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I-II)	0,00
Saldo Utilizado da margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

ADENILSON DE OLIVEIRA FERREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda





Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Finanças  
**DEMONSTRATIVOS FISCAIS**

2022

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

**Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências**

R\$1,00

PASSIVO CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dividas em Processo de Reconhecimento/tributos federais	150.000.000,00	Abertura de créditos adicionais.	150.000.000,00
Dívida em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.000.000,00</b>
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVO</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	
Frustração de Arrecadação	279.865.310,10	Redução de Gastos Proporcionais a Queda	280.065.310,10
Restituição de Tributos a Maior	200.000		
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>280.065.310,10</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>280.065.310,10</b>
<b>TOTAL</b>	<b>430.065.310,10</b>	<b>TOTAL</b>	<b>430.065.310,10</b>

Nota: A Frustração de Arrecadação está prevista em razão dos efeitos econômicos advindos da pandemia do COVID-19.

*Atoridei*  
Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira  
Diretor de Contabilidade Geral

*Adenilson de Oliveira Ferreira*  
ADENILSON DE OLIVEIRA FERREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda